

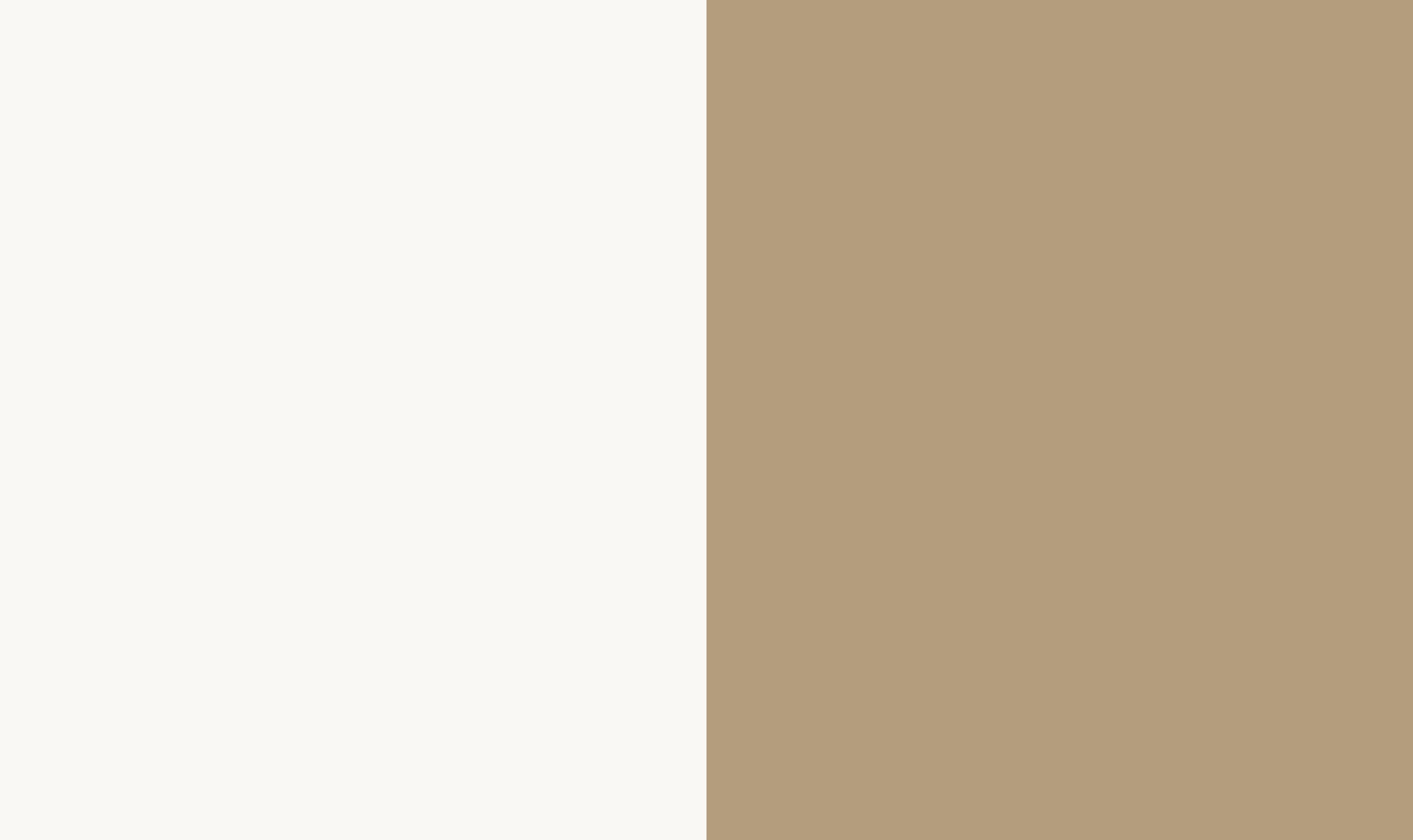


Mercado do Bolhão

Bolhão Market

Nuno Valentim

3, 39, 91, 167, 211	Ensaio fotográfico Photo essay André Cepeda
17	Bolhão: O que foi, o que será
27	Bolhão: What it was, what it will be Joana Couceiro
63	Os projectos não-realizados para o Mercado do Bolhão: Mérito, Circunstância e Oportunidade
81	The unrealised Bolhão Market projects: Merit, Circumstance and Opportunit Luís Soares Carneiro
133	Entrevista a Nuno Valentim
149	Nuno Valentim interview Nuno Miguel Borges
189	Desenhos técnicos Technical drawings
219	Biografias Biographies



Bolhão: o que foi, o que será

Joana Couceiro

Reconstruir a História com o intuito de a devolver ao presente é sempre um desafio. E quando a história e a História ainda se fazem no presente, exigem-se algumas cautelas. Contamos com o auxílio de fontes importantes, destacando aqui: a cartografia de Telles Ferreira (1892), que retrata o Porto do final do século XIX; fotografias de época, algumas de autor desconhecido; e a investigação levada a cabo por Anni Günther, Rui Tavares e Eduardo Cabral dos Santos, editada, com bastante detalhe, no livro *O Mercado do bolhão. Estudos e Documentos*¹.

Depois da sua publicação, em 1992, a história continuou a escrever-se, e passados já 30 anos, tentaremos recontá-la, continuando.

Embora não possamos antever o seu derradeiro fim, o capítulo *Presente* abre com uma paisagem feliz.

O que foi

Entre a Rua Formosa e a Rua Fernandes Tomás (antiga Rua do Bolhão), encontrava-se um terreno baldio atravessado por uma linha de água que, dada a topografia, se concentrava num bolhão.

É fácil imaginar o ambiente do *sítio chamado de Bolhão*, pantanoso, alagado, com umas pedras aqui e acolá a ajudar no seu atravessamento.

Em 1836, a Câmara decide proceder ao alinhamento da Rua do Bolhão; e pouco depois, impulsionada por um proprietário de terrenos adjacentes a esta operação, concentra-se no arranjo de uma nova praça no vazio pantanoso existente.²

Diríamos que esta decisão (tomada na vereação presidida por Luciano Simões de Carvalho) inaugura a história que *Hoje* recomeça.

O projecto é realizado pelo então arquitecto da cidade, Joaquim da Costa Lima, e aprovado ainda em 1837, um prazo curtíssimo, nada fazendo prever o longo processo que lhe seguiria.

Começam de imediato as exigentes obras de preparação daquele espaço expectante da cidade, dotando-o de condições de habitabilidade (um aqueduto que canalizava a água para uma fonte, caixas de entulho e paredões de suporte para a Rua do Bolhão, que limitava a praça, a norte, a uma cota bastante mais elevada).

Um ano depois, o que não passava de um informe e perigoso estaleiro era já denominado de *Praça do Bolhão*.³

O projecto de Costa Lima previa o alinhamento das frentes nascente e poente, bem como o desenho dos novos alçados resultantes deste acerto. Desenhava, igualmente, os planos para a urbanização das zonas envolventes, pelo que a nova praça se revelava elemento estruturador de um plano de extensão da cidade cujas premissas haviam já sido lançadas cerca de cinquenta anos antes, no Período Almadino.

Para isso, terá contribuído o Terramoto de Lisboa, acontecimento impactante que viria a beneficiar o Porto com a extensão das medidas de excepção criadas para

a capital, potenciando, também a norte, um conjunto de reformas urbanas e a definição de um *plano estratégico*⁴ com ecos no projecto de Costa Lima.

Os primeiros desenhos da praça dão a ver um caminho central, entre a entrada sul e a entrada norte, com uma escadaria de acesso à Rua Fernandes Tomás, situada a uma cota bastante mais elevada. Ladeado por árvores e bancos de pedra em toda a sua extensão, o projecto parece sugerir um Jardim Público, permitindo longos passeios ou atravessamentos rápidos entre as várias ruas que configuram o quarteirão.

Embora não seja possível determinar se esta nova praça fora (ou não) destinada, desde o primeiro momento, ao programa de um mercado, a verdade é que o projecto de implantação refere a possibilidade de dividir a praça “em quatro quarteirões, em que podem distribuir-se quatro mercados de diversos géneros”⁵.

Ou seja, o projecto parece ser de uma praça-jardim, um espaço híbrido, comercial e de lazer.

No encontro dos quatro mercados, ou na intersecção dos dois caminhos arborizados (como preferirmos), abria-se, ainda, uma rotunda com um *pedestal*, posicionado ao centro, fazendo referência à época de fundação do novo lugar.

No entanto, aquela que, no papel, prometia ser “uma das mais formosas e bem situadas”⁶ praças da cidade nunca chegaria a cumprir-se verdadeiramente.

De entre as várias dificuldades, destaca-se a própria natureza da obra, que coloca desafios à sua execução e longos atrasos na progressão dos trabalhos. A já denominada *Praça do Bolhão* viria a permanecer em estaleiro durante um largo período, e é nessa condição que, em 18 de Setembro de 1839, a Câmara publica um edital legislando que “se vedasse com estacada o terreno da Praça do Bolhão, tanto quanto fosse possível, sem estorvar a continuação das obras e para ali fossem removidos todos os mercados avulsos nada pagando de Pizo”.⁷

Instalaram-se ali todos os mercados existentes na cidade, à excepção dos mercados da Ribeira e do Anjo.

Tratava-se de uma solução provisória, num lugar em transformação, que visava a concentração dos vários mercados avulsos espalhados pela cidade, plano que só viria a concretizar-se muito mais tarde, dada a dificuldade de reorganização e legislação dos espaços públicos de venda e as várias hesitações estratégicas quanto à sua concentração ou dispersão.⁸

O local ainda nem estaria terraplanado e o processo que levaria à criação de um novo Mercado Público seria longo, mas o *sítio chamado de Bulhão* ficaria, desde então, ligado às funções que hoje lhe conhecemos.

Nos anos seguintes, os trabalhos decorrem de forma intermitente, em função da própria conjuntura política. Em 1843, as obras no lado norte (Rua do Bolhão), para onde Lima Júnior havia desenhado um alçado de barracas encostadas ao muro

^[1] Por iniciativa do Marquês de Pombal, é criada, em 1763, a Junta das Obras Públicas, centralizando-se todo o desenvolvimento urbanístico da cidade numa única entidade (que incluía membros da Câmara Municipal, engenheiros militares e, mais tarde, arquitectos). Dirigida, no primeiro momento, por João de Almada e Melo, incluía no seu plano estratégico a abertura de várias ruas, nomeadamente as Rua Formosa e a Rua Fernandes Tomás. Idem, p. 66.

^[2] Cf. Maria Adelaide Meireles, Catálogo dos Livros de Plantas n.º 221, Porto, Arquivo Histórico, CMP, 1982, p. 91.

^[3] Cf. Relatório da Gerência da CMP no biénio de 1854 e 1855, Porto, Tipografia da revista, 1856, p. 15.

^[4] A CMP, no Edital de 18 de Setembro de 1839, determina a abertura do Mercado do Bolhão. Cf. Exposição dos principais actos administrativos da Câmara Municipal da Antiga, Muito Nobre, sempre Leal e Invicta Cidade do Porto em 1839, Tipografia de Gandra e Filhos, Porto, 1840, pp. XII–XIII.

^[5] A decisão é tomada depois da inauguração do Mercado do Anjo (contíguo à Igreja dos Clérigos), actual Praça de Lisboa, para garantir a exclusividade de venda de determinados géneros naquele local. O projecto, mais vasto, previa a construção de novos mercados e o melhoramento de infraestruturas existentes, numa tentativa de regular e dar ordem ao comércio no espaço público. “Em 1841 de novo se deliberou que todos os mercados avulsos e bem assim a feira de plantas e flores fossem transferidas para a nova Praça do Bolhão”. Cf. Exposição dos principais actos administrativos (...) em 1841, Op.cit., p. XIX.

de suporte, foram, inclusivamente, interrompidas, deixando pendente a relação entre cotas e em perigo a segurança dos transeuntes. Só em 1846 é retomado o projecto, tendo como principal prioridade uma monumental escadaria central, abraçando um tanque e respectiva fonte, versão que substituiu o anterior alçado e que viria a ser novamente alterada, em 1850, pela dupla rampa de acesso à cota do mercado, solução claramente mais adequada ao programa, se pensarmos, por exemplo, na actividade diária de cargas e descargas própria de uma infraestrutura desta natureza. Nesta versão, os vendedores estabelecem-se nos dois perímetros longitudinais, em módulos de duas frentes, comunicando, também, com as ruas concordantes e libertando todo o espaço interior da praça.

Porém, o contexto de fome e cólera que assolou a cidade, entre 1854 e 1855, cada vez mais populosa e extensa, depressa se manifesta no espaço do mercado, nomeadamente na apropriação que dele foi sendo feita. Cada vez mais lotado e caótico, as condições de higiene dos produtos aí vendidos são colocadas em causa, e em 1858 a Câmara decide avançar com a reabilitação do espaço do mercado. Àquele pretexto, juntava-se, naturalmente, o carácter representativo que os mercados tinham, entretanto, adquirido, sendo “para o viajante o mais seguro indicador do grau de civilização das terras que percorre”⁹.

Assim se procede à destruição das *informes barracas* e à sua substituição por bancas dispostas em artérias longitudinais, sob extensos cobertos colectivos, que viriam a conferir uma certa ordem à praça a céu aberto.

Em 1864, o *Guia histórico* descrevia a Praça do Bolhão do século XIX como “Mercado elegante, gradeado, formado interiormente por dois renques de lojas de venda, abrigados de zinco, com dois passeios lateraes abrigados pelo prolongamento do tecto das lojas. Agradavelmente sombreado por muitas arvores. Vendem-se aqui, como na praça do Anjo, hortaliças, fructas, flores, aves, carnes, etc. Este mercado é muito concorrido pela população do bairro oriental. Fica-lhe superior, pelo norte, a rua de Fernandes Thomaz, para a qual se sobe por duas rampas lateraes a um grande tanque [...]”¹⁰.

“Do lado meridional entesta com a rua Formosa para a qual dá serventia uma porta aberta na gradaria de ferro que por este lado o cinge.”¹¹

É este o tempo inscrito na planta de Telles Ferreira e em imagens de época (quando a fotografia das cidades começava a disseminar-se), e, por isso, o passado mais presente no nosso imaginário.

O que é

Do ponto de vista do tipo, definiríamos o Mercado do Bolhão como um organismo longitudinal organizado em pátio.

Em relação aos modelos, encontramos analogias com algumas obras de Marques da Silva, próximas geograficamente, nomeadamente a Estação de São Bento ou o Teatro de São João, edifícios com marcada influência da formação em *Beaux-Arts* do autor, adaptada ao contexto do Porto.

No mesmo local da praça “que foi”, o edifício de carácter monumental, projectado por Correia da Silva para o novo mercado, desenha o quarteirão compreendido pelas Ruas Formosa, Sá da Bandeira, Fernandes Tomás e Alexandre Braga.

⁹ Cf. *Relatório da Gerência da CMP no biénio de 1854 e 1855, op. cit.*, p.12.

¹⁰ *Guia histórico do viajante no Porto e seus arrabaldes*, Porto, F. G. da Fonseca, 1864, p. 136.

¹¹ Alberto Pimentel, *Guia do viajante na cidade do Porto e seus arrabaldes*, Porto, Costa Mesquita, s. d., p. 86.

Os tapumes que o envolveram durante os últimos quatro anos, período em que foi objecto de uma complexa obra de recuperação, da autoria de Nuno Valentim, foram recentemente retirados, e o mercado revela-se de novo à cidade, com outra cor¹², mas com a mesma força evocadora.

É um objecto sem avesso, ou melhor, um organismo com duas configurações: por fora, um edifício compacto a desenhar um lote com quatro frentes de rua; por dentro, uma praça regular com um mercado a céu aberto. Em suma, podemos falar de um edifício paralelepipedico com oito alçados: quatro fora e quatro dentro/fora. No interior/exterior, a monumentalidade urbana dá lugar à ordem seca e depurada de uma praça pública que herda a sua anterior vocação de mercado.

As lojas com frente de rua funcionam autonomamente e compõem um cenário urbano íntegro, escondendo, nos seus bastidores, o carácter mais confuso, barulhento e sujo, próprio de um programa de mercado.

Descrevemos o actual Bolhão e, simultaneamente, o Bolhão de Correia da Silva.

O projecto enfatiza, ainda, quatro entradas que, duas a duas, desenham os eixos do organismo (edifício e praça), potenciando percursos de atravessamento do mercado e a sua natural vivência enquanto espaço de uso colectivo.

É curioso realçar que os primeiros desenhos que se conhecem desta infra-estrutura dão a ver o interior coberto numa solução em nave, mais próxima das modernas *Halles Centrales* de Paris ou do Mercado Ferreira Borges, concluído em 1888, no Porto, ambos com estrutura de ferro e predominância de planos de vidro.

Correia da Silva, no entanto, acaba por prescindir da cobertura total; e embora se desconheçam as razões, gostamos de acreditar que o fizera deliberadamente, e não por questões económicas ou técnicas. Esta alteração à aparente ideia original, além de imprimir ao mercado uma extraordinária actualidade (se pensarmos, por exemplo, nas necessidades decorrentes da situação pandémica que vivemos nos últimos dois anos), é também de enorme continuidade, uma vez que, oferecendo à cidade a monumentalidade desejada pelo município, mantém, ainda, a memória da praça pré-existente no centro do projecto.

É uma solução tipológica híbrida (como era, já, a praça-jardim de Costa Júnior) que ganha ainda mais complexidade quando confrontada com a especificidade do lote. O problema de projecto exigia que um mesmo objecto articulasse as ruas de pendente acentuada, a nascente e a poente, as respectivas cotas de soleira e, ainda, uma praça no interior com quatro acessos a diferentes níveis.

Correia da Silva resolve esta equação desenhando um edifício de dois pisos (praça e galeria) com entradas de nível nas Ruas Formosa e Fernandes Tomás, primeiro e segundo pisos do edifício, respectivamente, resultando em alçados de escala distinta decorrentes da topografia (a fachada sul é duas vezes mais alta do que a fachada a norte).

A transição entre a escala monumental, a sul, na Rua Formosa (acesso à cota da praça), e a escala urbana, a norte, na Rua Fernandes Tomás (acesso à galeria), faz-se nos alçados das Ruas Sá da Bandeira e Alexandre Braga, e as cotas de soleira das lojas voltadas para a cidade, a nascente e a poente, acompanham a pendente destas ruas.

O acesso ao interior, nos pontos intermédios, corresponde a patamares de escadas que estabelecem a relação com a praça (à cota baixa) e a galeria do mercado.

¹² A memória recente do Mercado do Bolhão é de um edifício cinza, cor que o aproximava da sua verdadeira materialidade (o betão). Nuno Valentim optou pelo ocre, que, por sua vez, remete para a cor do granito amarelo-caverneira, aludindo à pedra, expressão formal que Correia da Silva procurou para a sua obra.

Dada a extensão destes dois alçados, a transição de escalas é gradual e trabalhada através do desenho compositivo em prol do todo.

O recuo do edifício, na Rua Formosa, permite equilibrar a sua monumentalidade na relação com o espaço público, que, além de se abrir para acolher as pessoas, permite afastamentos e perspectivas do conjunto da composição desenhada em cinco tramos (*a-b-c-b-a*), enfatizando a entrada principal ao centro (*c*) e as duas rotundas (*a*) que rematam o alçado e sublinham a transição com as fachadas laterais.

O alçado oposto, na Rua Fernandes Tomás (com a mesma largura, mas bastante mais baixo), encontra-se igualmente dividido em cinco tramos (*a-b-a-b-a*, em que *a* corresponde a um arco do triunfo e *b* ao desenho de um pórtico com três intercolúnios). O arco da entrada é encimado por um frontão destacando o acesso ao nível da galeria do mercado. As esquinas são reforçadas (estrutura e visualmente) por um pilar bastante espesso que faz a transição/remate entre a galeria e as duas fachadas laterais, sujeitas, por sua vez, a mais variações de composição, dada a complexidade de estabelecer a ligação de diferentes escalas e resolver as cotas de soleira em toda a pendente das Ruas Sá da Bandeira e Alexandre Braga.

Todo o perímetro do edifício é coroado por uma cornija exageradamente projectada, e suportada, aparentemente, por mísulas sobrepostas às linhas estruturais.

Estes elementos compositivos, próprios de uma construção em pedra, são usados por Correia da Silva num novo material (o betão armado). As possibilidades técnicas e estruturais desta *pedra líquida* são inquestionáveis, mas a linguagem adoptada, e a própria estereotomia, sugerem um edifício de granito, à semelhança dos seus modelos mais próximos.

A cobertura em ardósia que remata este grande bloco compacto encaixado no terreno é, mais uma vez, reveladora da formação em *Beaux-Arts* do autor, nomeadamente da sua passagem por Paris, onde estudou e completou a sua formação.

À semelhança da praça que a antecedeu, esta infra-estrutura foi sofrendo alterações e desgaste decorrentes do seu uso quotidiano intenso, tão intenso quanto as relações que esta *ágora* alimentou.

Além das transformações de carácter mais informal, em 1939 foi construída uma passagem entre as galerias nascente e poente, permitindo o atravessamento do mercado à cota alta. Tendo a vantagem de aproximar várias zonas, esta ponte não deixava, no entanto, de resultar num corte espacial da praça, dado o impacto da nova estrutura no piso térreo e a interrupção da linha de beirado pela cobertura da passagem.

A grave deterioração do mercado impulsionou a sua mais recente e complexa obra de reabilitação, cujas qualidades nos parecem inquestionáveis (exponenciadas, ainda, pelo sinuoso processo que a antecedeu), mas a aparente actualização do projecto de Correia da Silva às demandas do tempo presente será, talvez, o seu maior atributo.

Conhecemos bem o trabalho de Nuno Valentim e sabemos como é um óptimo actor a interpretar as várias histórias da História; e nesta em particular, ter-se-á entregado inteiramente à personagem. Ou seja, emprestou-se a Correia da Silva para que este pudesse trabalhar, pelas suas mãos, hoje.

Só um profundo conhecimento das opções de projecto originais permitiria compreender a pertinência daquela passagem, construída posteriormente, duplicando-a inclusivamente à cota intermédia das entradas laterais. Facilitando o desejado atravessamento do edifício, com o desenho cuidado de uma estrutura mais leve e sem cobertura, Nuno Valentim potencia os princípios de Correia da Silva sem perder a leitura espacial da praça original.

“Ninguém nota nada, nem é preciso.”¹³

Só uma total entrega à obra e, simultaneamente, um certo desprendimento da sua autoria permitiriam um resultado desta natureza. Um Bolhão novo, e avassaladoramente o mesmo.

O que podia ter sido

O Bolhão podia ter sido muitos.

Desde a *magnífica praça* imaginada por Luciano Simões de Carvalho e desenhada por Costa Lima Júnior às várias versões pelas quais passou o actual edificado, ou aos diferentes futuros programados para a sua requalificação no final do século XX, o Bolhão é rico em projectos que não saíram do papel ou do domínio das ideias.

Podia ter sido uma praça pombalina no Porto, não fosse a lenta execução da obra inicial e os vários contratemplos, nomeadamente políticos.

Ainda que a Câmara tenha ajudado a mediar a negociação dos terrenos entre os vários proprietários e sido relativamente célere na aprovação dos projectos para a construção das primeiras propriedades com frente para a praça (em conformidade com o alçado geral de conjunto proposto por Costa Lima Júnior, em 1838)¹⁴, os vários impasses técnicos da obra, como vimos, e as sucessivas mudanças na vereação terão contribuído para o abandono desta solução.

Podia também ter sido um grande edifício de mercado, *ad quadratum*, coberto com estrutura metálica, como propunha o anteprojecto assinado por Casimiro Barbosa (proposta anterior à de Correia da Silva), definitivamente comprometido pelo prolongamento da Rua Sá da Bandeira até à Rua Fernandes Tomás.

Na primeira década do século XX, a postura republicana ganhava fôlego e a participação dos cidadãos na vida da cidade democrática era incentivada. É neste ambiente que surgem um conjunto de abaixo-assinados relativos ao lugar do Bolhão.

A questão mais fracturante prendia-se com o prolongamento da Rua Sá da Bandeira, nomeadamente o desenho do seu traçado, inevitavelmente condicionado pelas cotas do terreno e pelo mercado, cuja importância era, como vimos, inquestionável.

Se até aqui as políticas alternavam entre a dispersão ou concentração de mercados na cidade, em 11 de Abril de 1907, quando Xavier Esteves, vereador que integrava a Comissão Municipal do Plano Geral de Melhoramentos, defende a tese da concentração e o Bolhão como o futuro mercado central da cidade, a adesão é pacífica, com a ressalva de que esta solução fosse devidamente articulada com os problemas gerais da transformação urbana.

“O melhoramento do mercado não se separa do melhoramento da viação na rua Formosa; um e outro problema têm de ser analisados paralelamente.”¹⁵

Nessa mesma sessão, apresenta cinco soluções para a construção do mercado (um procedimento análogo às cinco dissertações de Manuel da Maia para Lisboa no pós-terramoto): 1) um mercado com dois pisos; 2) um mercado com piso térreo e galeria, com cobertura; 3) um mercado com piso térreo e galeria, sem cobertura; 4) um mercado térreo, sem cobertura, desenvolvido em dois corpos (um no quarteirão existente e o outro num quarteirão análogo do lado poente da Rua Sá da Bandeira, eixo

13 Álvaro Siza sobre a sua intervenção no Chiado, em texto que inspirou o título e a estrutura do presente ensaio: *Chiado: O que é, o que será...*, em *01 textos*, edição Carlos Campos Morais, Porto, Civilização Editora, 2009, p. 65.

14 Em 1839, a Câmara aprova um projecto de casas para o lado nascente da Praça do Bolhão, propriedade de João Joaquim de Castro, na extensão de 192 palmos; e dois anos depois, aprova o projecto dos alçados de 17 propriedades, de António de Oliveira Basto, situadas do lado poente. Nas duas situações, os projectos aprovados respeitavam os alçados de conjunto, de natureza pombalina, propostos por Costa Lima Júnior para a regularização da praça. *Mercado do Bolhão. Estudos e Documentos, op. Cit.*, pp. 82–86.

15 A. H. M. P., “Vereações”, L^o143, fl.11–18, em *O Mercado do Bolhão. Estudos e Documentos, op. cit.*, p. 99.

da composição); 5) um mercado de planta quadrangular, piso térreo e galeria, implantado a poente da Rua Sá da Bandeira, ocupando um quarteirão maior, a expropriar.

Uma última proposta de Xavier Esteves, apesar de pouco desenvolvida no seu estudo, é ainda apontada como alternativa: o vereador propunha que a Rua Sá da Bandeira terminasse no encontro com a Rua Formosa, desembocando a eixo do novo mercado e do respectivo portal de acesso.

O anteprojecto desenvolvido por Casimiro Barbosa (já o prolongamento da Rua Sá da Bandeira até à Rua Fernandes Tomás, com traçado em rampa, bem como a ampliação do lote a poente da rua tinham sido aprovados) remete claramente para os estudos apresentados por Xavier Esteves. Diríamos que o resultado é uma actualização da terceira hipótese às decisões entretanto tomadas, ou seja, um edifício atravessado pela Rua Sá da Bandeira, cujo traçado sobe em rampa até à cota da Rua Fernandes Tomás, com uma estrutura de suporte arcada permitindo passagens entre os dois lados do mercado, criptopórtico ocupado hoje por espaços técnicos e de armazenamento logístico dos comerciantes.

O ambicioso projecto acabaria por vir a ter uma escala mais modesta. O contexto político que levaria à Implementação da República (pouco mais de um mês depois da sua aprovação, em Agosto de 1910) e a nova mudança na Vereação explicam, mais uma vez, a dificuldade do novo (sempre o mesmo) processo.

Em 1912, o Bolhão volta à agenda do Município com a aprovação da proposta de Cristiano Magalhães para que o projecto do mercado fosse adaptado ao terreno disponível, ou seja, aproveitando uma só ala da anterior proposta.

Ao engenheiro Casimiro Barbosa, junta-se o 1.º oficial arquitecto, António Correia da Silva, que, sob o impulso do vereador Elísio de Melo¹⁶, apresenta em 1914 a nova versão do projecto (a que chegou até aos nossos dias).

A proposta decorre, naturalmente, do saber acumulado até ali. Evidenciamos o estudo de Xavier Esteves, o anteprojecto de Casimiro Barbosa e o pragmatismo e liderança de Elísio de Melo. No entanto, as ferramentas de composição que Correia da Silva trazia da sua formação em Paris, bem como os seus modelos, revelam-se da maior importância na obra finalmente construída.

Destacaríamos aqui, de entre as demais opções, a decisão de replicar a pendente da Rua Sá da Bandeira na paralela Alexandre Braga, operação facilitada pelos sucessivos atrasos do projecto urbano, de espírito pombalino, previsto por Costa Lima Júnior para a envolvente da praça. O novo traçado da Rua Alexandre Braga permitia a repetição dos alçados nascente e poente (importante à unidade do edifício), bem como uma maior continuidade territorial.

O Mercado do Bolhão cumpria o seu desígnio enquanto espaço de representação de uma cultura e, simultaneamente, lugar frugal de relações urbanas e humanas.

Sete décadas depois da sua abertura, o uso apaixonado e intenso de vendedores e compradores impõe a necessidade de reabilitação do edifício, motivando o Município a concentrar-se, no final do século XX, novamente no Bolhão. A organização das bases de um concurso público para o projecto de reabilitação do mercado é então entregue ao Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura, em 1990. Em Dezembro de 1991, é aprovada, em vereação, a abertura do concurso; e em Setembro de 1992, são homologados os resultados. No relatório final, o júri “entende ser justo salientar o interesse e o

16 Comerciante republicano, oponente da anterior vereação, que liderou um dos abaixo-assinados e solicitou um novo traçado para a Rua Sá da Bandeira ao pedir “que suspenda imediatamente o andamento das obras de prolongamento da rua do Sá da Bandeira; que mande proceder a um novo estudo sobre a melhor forma de executar esse prolongamento; que não havendo dificuldades técnicas, imprevistas e insuperáveis [...], seja preferido o traçado directo estabelecendo o prolongamento em questão sob o alinhamento único desde a rua Formosa à rua Fernandes Tomás”. *Idem*, p. 97.

empenho de todos os concorrentes e a qualidade das propostas”¹⁷. Num total de 11, as propostas acrescentam à história um conjunto alargado de *Bolhões que podiam ter sido*.

À semelhança do que acontecera no passado, o complexo processo passa por vários constrangimentos, nomeadamente políticos, tendo sido necessário esperar 30 anos pela renovada alma do Bolhão.

Deixando de parte as especificidades das várias propostas, no essencial respondiam às novas funções requeridas pelo processo de transformação urbana naquele que era descrito como “um ambicioso projecto que, sem alterar a sua função tradicional, visa fazer com que o ‘futuro Bolhão seja um centro comercial com características cívicas, aberto 24h’”¹⁸.

Embora o discurso sublinhe “alterações mínimas na ocupação comercial do rés-do-chão”¹⁹, o programa previsto para o espaço do Bolhão parece-nos claramente incompatível com uma qualquer ideia de continuidade.

“[S]upermercados, grandes armazéns, cinema, auditórios [...], gabinetes de serviços da CMP, centro de turismo, delegação dos CTT, dos STCP, telefones públicos, agências bancárias, farmácia, restaurante, quiosques, lojas, livrarias”²⁰, estacionamento, escadas rolantes, etc., são a imagem de uma transformação de fundo certa.

“Futuro mais incerto parece ter o Mercado do Bom Sucesso [escrevia José Alberto Fernandes, já em 1997], relativamente ao qual se sucedem as ideias e as declarações de intenção.”²¹

Ironicamente, as previsões não podiam estar mais erradas e o futuro para o Mercado do Bom Sucesso acabou por chegar primeiro. Prova de que a rapidez não é um valor em si mesmo.

“Nas cidades, o conservadorismo é um pensamento precioso”²², escrevia Clara Ferreira Alves, em 2008, mais de 15 anos depois do concurso, a propósito da proposta de reconversão do Mercado do Bolhão, que, no fundo, previa a demolição integral do seu interior em nome da resposta técnica a problemas de higiene e conforto do espaço (instalações, acústica, térmica, etc.) — uma história que se vem repetindo em tantos lotes do Porto.

“[D]estruir todo o mercado deixando apenas a fachada, e ‘arrumando’ os vendedores num andar como animais no zoológico, numa espécie de parque temático [denunciava]. Olhem e vejam o que era um mercado antigamente. O negócio é uma mina de oiro, lojas e habitação, estacionamentos, o costume. Mais um centro comercial onde já existem dois ou três, iluminados a luz branca, artificiais e clínicos, com as ‘franchises’ do costume.”²³

Hoje, vemos como o tempo longo foi mais solução do que problema; como o tempo se ofereceu ao Bolhão para esclarecer e iluminar, pelo menos, dois momentos da sua história: quando Correia da Silva desiste dos *modernos* “telhados de vidro” e opta

17 “Relatório final do Júri do concurso”, em *Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto*, catálogo da exposição com o mesmo nome, Porto, Mercado Ferreira Borges, 1992, p. 208. O júri (constituído por: Luíz Oliveira Dias, José Gomes Fernandes, Manuel Marques de Aguiar, Anni Günther Nonell, Duarte Castel-Branco e Álvaro Siza Vieira) atribui o primeiro prémio ao projecto de Joaquim Massena, não atribui segundo prémio e classifica os projectos de João Guimarães Seródio e de Augusto José Marques da Costa em ex-aequo, com o terceiro prémio. *Idem*, p.210.

18 José Alberto Fernandes, em *Porto, Cidade e Comércio. Documentos e Memórias para a História do Porto LI*, Porto, Arquivo Histórico CMP, 1997, p. 163.

19 *Ibidem*.

20 Luís Oliveira Dias, “Mercado do Bolhão: Câmara propõe reabilitação”, em *Comércio Portuense*, n.º 98, 1992, p. 21. Citado por José Alberto Fernandes, *op. cit.*, p. 163.

21 *Ibidem*. Numa nota de rodapé [232], José Alberto Fernandes aludia ainda a outro cenário para o Bolhão: “Note-se todavia que, posteriormente a 1993, a comunicação social veiculou a possibilidade do espaço do Mercado vir a ser aproveitado como uma das estações da linha de metro ligeiro que unirá Vila Nova de Gaia e Matosinhos.”

22 Clara Ferreira Alves, “O Bolhão que se f...”, em *Jornal Expresso*, 3 de Março de 2008.

23 *Ibidem*.

Bolhão — what it was, what it will be

Joana Couceiro

por não fazer uma cobertura total no edifício, no início do século XX; e quando os projectos de *shoppinguização* são abandonados, no início do século XXI, no primeiro mandato de Rui Moreira, com Paulo Cunha e Silva na vereação da cultura e Correia Fernandes no urbanismo.²⁴

Embora a praça original desenhada por Costa Lima Júnior nunca tenha chegado a viver verdadeiramente, a verdade é que a sua ideia também nunca chegou a morrer, surpreendendo-nos sempre no interior do Bolhão. Hoje (com a nova ordem), mais do que nunca.

O que não mais pode ser

Bolhão de água, chão pantanoso, vazio urbano insalubre, mercados avulsos concentrados provisoriamente num estaleiro sem prazo, fotografia cinzenta com alimentos de cor. Gado a refrescar-se no tanque, passarinhos a discutir em domingos de feira, pregão à sardinha ao lado do pão.²⁵

Plataforma vegetal, muros baixos, gradeados, a cidade (pombalina) ao redor. Janelas com dentes,²⁶ fachadas sem ismos, jardim urbano, árvores alinhadas despidas pelo outono, bancos de jardim com ripas de madeira e tinta a lascar.

Um edifício de cristal em corte basilical, um espaço artificial com ar condicionado ou a condicionar o ar.

O que será

Depois de amanhã serei finalmente o que hoje não posso nunca ser.

*Depois de amanhã serei outro.*²⁷

Talvez o mesmo.

Chão resiliente.

Só depois de amanhã...

Apropriado pelo homem, absorvido pela cidade, transformado pela engenharia.

Chão humanizado pela arquitectura, especulado pelo *mercado*, desafiado pela(s) política(s), alimentado pela cultura, recuperado pela arte.

Chão amado pela população. Confirmado pelo tempo.

Sim, talvez só depois de amanhã...

Bolhão, tão distante, já, e tão próximo ainda da essência primeira da ocupação deste chão.

Assim tem sido sempre. Assim será (?).

Hoje quero preparar-me,

Quero preparar-me para pensar amanhã no dia seguinte...

O porvir...

Sim, o porvir...

²⁴ O projecto da autoria de Nuno Valentim foi apresentado ao público por Rui Moreira no dia 22 de Abril de 2015.

²⁵ A este respeito, ver “O velho Mercado do Bolhão e a Feira dos Passarinhos”, em *O Tripeiro*, Porto, 3 de Setembro de 1927, pp. 265–266.

²⁶ Ideia decorrente da descrição de Álvaro Siza da substituição das velhas caixilharias: ‘*Não temos de mudar as coisas, a não ser, como dizia antes, em casos especiais ou excepcionais. Basicamente, o que não devemos fazer é pegar numa janela com uma carpintaria delicada do Porto, com as suas divisões e desenho geométrico, e limpá-la completamente de modo a colocar um vidro duplo único. Tais fachadas, e no caso do Porto isto é feito muitas vezes, parecem-se com as velhas sem dentes e dão uma imagem deprimente.*’ Álvaro Siza, “Conferencia para el CAH20thC”, em *Criterios de Intervención en el Patrimonio Arquitectónico del Siglo XX: Conferencia Internacional CAH20thC*, Ministério de Cultura, Madrid, 2011, p. 186.

²⁷ Álvaro de Campos, *Adiamento*, em arquivopessoa.net/textos/2328. Composição livre de Fragmentos.